

GABARITO - Provas realizada em 08/02/2015

AJUDANTE GERAL (JÚNIOR)

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	C	A	D	C	D	E	B	A	E	A	D	B	E	A	E	A	B	E	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	D	B	E	A	E	B	C	B	B	C	B	A	A	A	E	C	B	C	A

ANALISTA ADMINISTRATIVO – COMPRAS E LICITAÇÕES (PLENO)

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
C	A	D	A	B	A	D	D	C	C	D	A	C	A	C	A	C	D	A	C	B	E	D	B	A
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
E	D	C	B	E	C	C	D	D	A	C	D	A	B	E	B	D	C	E	A	C	A	C	B	A

PROVA DISSERTATIVA

De acordo com o artigo 48, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 (Lei de Licitações), poder-se-á conceder o prazo de 8 (oito) dias para que todas as licitantes habilitadas apresentem novas propostas técnicas com as devidas inclusões, sendo-lhes permitido, ainda e por consequência, alterar suas propostas comerciais em razão das inclusões efetuadas, para que não apresentem preços inexequíveis. Alternativamente, a licitação poderá ser cancelada por conveniência ou oportunidade.

QUESTÃO-PROBLEMA 1

De acordo com o artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93 (Lei de Licitações), o contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

QUESTÃO-PROBLEMA 2

De acordo com o artigo 62, § 4º, da Lei Federal nº 8.666/93 (Lei de Licitações), é dispensável o termo de contrato, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.

ANALISTA ADMINISTRATIVO – FINANCEIRO (JÚNIOR)

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
C	A	D	A	B	A	D	D	C	C	D	A	C	A	C	A	C	D	A	C	B	E	D	B	A
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
E	D	C	B	E	C	C	D	D	A	C	B	A	E	D	A	E	B	D	C	C	B	E	E	A

PROVA DISSERTATIVA

M = ? C = 20000 t = 2 anos = 8 trimestres i = 5% a.t. = 0,05 a.t.

M = C (1 + in)

M = 20000 (1 + 0,05.8) = 20000 (1,4)

M = 28000

M = R\$ 28.000,00

QUESTÃO-PROBLEMA 1

Essa classificação é que identificará a tributação que determinado produto esta submetido, é ele que indica a alíquota do ICMS, do IPI, se o mesmo está sujeito à substituição tributária, ou se é isento, por isso é importantíssimo que esse enquadramento seja de conhecimento do empresário para que assim possa planejar e recolher os tributos de forma correta. É a nomenclatura adotada desde 1995 pelo Uruguai, Paraguai, Brasil e Argentina

QUESTÃO-PROBLEMA 2

Constitui fato gerador do Imposto sobre Serviços (ISS) .

ANALISTA ADMINISTRATIVO – RECURSOS HUMANOS (PLENO)

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
C	A	D	A	B	A	D	D	C	C	D	A	C	A	C	A	C	D	A	C	B	E	D	B	A
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
E	D	C	B	E	C	C	D	D	A	D	B	C	E	A	C	D	E	A	B	C	B	E	E	A

PROVA DISSERTATIVA

Vantagens do recrutamento interno:

- * É econômico, rápido e seguro.*
- * Motiva o desenvolvimento de todos.*
- * Motiva a permanência e lealdade para com a empresa.*
- * Gera competição sadia entre os funcionários.*

Desvantagens:

- * Pode gerar frustração nos funcionários que não forem aprovados.*
- * Desmotiva e gera conflitos interno.*

QUESTÃO-PROBLEMA 1

A ação de treinar tem por finalidade principal ajudar os recursos humanos da empresa a alcançar os objetivos pré estabelecidos, bem como proporcionar aos empregados meios para obter conhecimentos, prática e muitas vezes, a conduta requerida para realizar uma atividade ou um conjunto de atividades. Seus objetivos são:

* Preparar o pessoal para execução imediata de diversas tarefas do cargo.

* Proporcionar oportunidades para o contínuo desenvolvimento pessoal, tanto no que se refere a função atual como também para funções para as quais a pessoa possa ser considerada.

* Estimular a mudança da atitude das pessoas, seja para criar um clima mais satisfatório entre empregados, aumentar-lhes a motivação e torná-las mais receptivas às técnicas de supervisão e gerência.

QUESTÃO-PROBLEMA 2

1. Ato de Improbidade

Improbidade, regra geral, é toda ação ou omissão desonesta do empregado, que revelam desonestidade, abuso de confiança, fraude ou má-fé, visando a uma vantagem para si ou para outrem. Ex.: furto, adulteração de documentos pessoais ou pertencentes ao empregador, etc.

2. Incontinência de Conduta ou Mau Procedimento

São duas justas causas semelhantes, mas não são sinônimas. Mau procedimento é gênero do qual incontinência é espécie.

A incontinência revela-se pelos excessos ou imoderações, entendendo-se a inconveniência de hábitos e costumes, pela imoderação de linguagem ou de gestos. Ocorre quando o empregado comete ofensa ao pudor, pornografia ou obscenidade, desrespeito aos colegas de trabalho e à empresa.

Mau procedimento caracteriza-se com o comportamento incorreto, irregular do empregado, através da prática de atos que firam a discricção pessoal, o respeito, que ofendam a dignidade, tornando impossível ou sobremaneira onerosa a manutenção do vínculo empregatício, e que não se enquadre na definição das demais justas causas.

3. Negociação Habitual

Ocorre justa causa se o empregado, sem autorização expressa do empregador, por escrito ou verbalmente, exerce, de forma habitual, atividade concorrente, explorando o mesmo ramo de negócio, ou exerce outra atividade que, embora não concorrente, prejudique o exercício de sua função na empresa.

4. Condenação Criminal

O despedimento do empregado justificadamente é viável pela impossibilidade material de subsistência do vínculo empregatício, uma vez que, cumprindo pena criminal, o empregado não poderá exercer atividade na empresa.

A condenação criminal deve ter passado em julgado, ou seja, não pode ser recorrível.

5. Desídia

A desídia é o tipo de falta grave que, na maioria das vezes, consiste na repetição de pequenas faltas leves, que se vão acumulando até culminar na dispensa do empregado. Isto não quer dizer que uma só falta não possa configurar desídia.

Os elementos caracterizadores são o descumprimento pelo empregado da obrigação de maneira diligente e sob horário o serviço que lhe está afeito. São elementos materiais, ainda, a pouca produção, os atrasos frequentes, as *faltas injustificadas* ao serviço, a produção imperfeita e outros fatos que prejudicam a empresa e demonstram o desinteresse do empregado pelas suas funções.

6. Embriaguez Habitual ou em Serviço

A embriaguez deve ser habitual. Só haverá embriaguez habitual quando o trabalhador substituir a normalidade pela anormalidade, tornando-se um alcoólatra, patológico ou não.

Para a configuração da justa causa, é irrelevante o grau de embriaguez e tampouco a sua causa, sendo bastante que o indivíduo se apresente embriagado no serviço ou se embebede no decorrer dele.

O álcool é a causa mais frequente da embriaguez. Nada obsta, porém, que esta seja provocada por substâncias de efeitos análogos (psicotrópicos).

De qualquer forma, a embriaguez deve ser comprovada através de exame médico pericial.

Entretanto, a jurisprudência trabalhista vem considerando a embriaguez contínua como uma doença, e não como um fato para a justa causa. É preferível que o empregador enseje esforços no sentido de encaminhar o empregado nesta situação a acompanhamento clínico e psicológico.

7. Violação de Segredo da Empresa

A revelação só caracterizará violação se for feita a terceiro interessado, capaz de causar prejuízo à empresa, ou a possibilidade de causá-lo de maneira apreciável.

8. Ato de Indisciplina ou de Insubordinação

Tanto na indisciplina como na insubordinação existe atentado a deveres jurídicos assumidos pelo empregado pelo simples fato de sua condição de empregado subordinado.

A desobediência a uma ordem específica, verbal ou escrita, constitui ato típico de insubordinação; a desobediência a uma norma genérica constitui ato típico de indisciplina.

9. Abandono de Emprego

A falta injustificada ao serviço por mais de trinta dias faz presumir o abandono de emprego, conforme entendimento jurisprudencial.

Existem, no entanto, circunstâncias que fazem caracterizar o abandono antes dos trinta dias. É o caso do empregado que demonstra intenção de não mais voltar ao serviço.

Por exemplo, o empregado é surpreendido trabalhando em outra empresa durante o período em que deveria estar prestando serviços na primeira empresa.

10. Ofensas Físicas

As ofensas físicas constituem falta grave quando têm relação com o vínculo empregatício, praticadas em serviço ou contra superiores hierárquicos, mesmo fora da empresa.

As agressões contra terceiros, estranhos à relação empregatícia, por razões alheias à vida empresarial, constituirá justa causa quando se relacionarem ao fato de ocorrerem em serviço.

A legítima defesa exclui a justa causa. Considera-se legítima defesa, quem, usando moderadamente os meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.

11. Lesões à Honra e à Boa Fama

São considerados lesivos à honra e à boa fama gestos ou palavras que importem em expor outrem ao desprezo de terceiros ou por qualquer meio magoá-lo em sua dignidade pessoal.

Na aplicação da justa causa devem ser observados os hábitos de linguagem no local de trabalho, origem territorial do empregado, ambiente onde a expressão é usada, a forma e o modo em que as palavras foram pronunciadas, grau de educação do empregado e outros elementos que se fizerem necessários.

12. Jogos de Azar

Jogo de azar é aquele em que o ganho e a perda dependem exclusiva ou principalmente de sorte.

Para que o jogo de azar constitua justa causa, é imprescindível que o jogador tenha intuito de lucro, de ganhar um bem economicamente apreciável.

13. Atos Atentatórios à Segurança Nacional

A prática de atos atentatórios contra a segurança nacional, desde que apurados pelas autoridades administrativas, é motivo justificado para a rescisão contratual.

ANALISTA ADMINISTRATIVO – RELACIONAMENTO DE NEGÓCIOS (JÚNIOR)

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
C	A	D	A	B	A	D	D	C	C	D	A	C	A	C	A	C	D	A	C	B	E	D	B	A
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
E	D	C	B	E	C	C	D	D	A	E	A	A	C	D	D	A	C	B	E	A	C	C	B	A

PROVA DISSERTATIVA

De acordo com o disposto na Lei nº 10.192/2001, são nulos de pleno direito qualquer expediente que, na apuração do índice de reajuste de contratos administrativos, produzam efeitos inferiores a 12 (doze) meses.

Assim, somente em contratos com prazo de duração igual ou superior a um ano é admitida cláusula com previsão de reajuste de preços.

No caso, como o reajuste foi previsto para o 6º (sexto) mês de um contrato com duração total de 9 (nove) meses, assiste total razão ao interessado.

Nesse caso, a cláusula de reajuste deve ser retirada da minuta.

QUESTÃO-PROBLEMA 1

De acordo com o disposto no artigo 23 da Lei Federal nº 8.666/93 (Lei de Licitações), a Administração poderá optar pela tomada de preços ou pela concorrência e, de acordo com a Lei Federal nº 10.520/02, também poderá optar pelo pregão.

QUESTÃO-PROBLEMA 2

Partindo da premissa de que os contratos administrativos podem ser modificados nos casos admitidos em lei, as modificações devem ser formalizadas por meio de um instrumento denominado termo de aditamento, que também recebe a denominação de termo aditivo.

O termo aditivo pode ser firmado para efetuar acréscimos ou supressões no objeto do contrato, para prorrogações ou para outras modificações admitidas em lei e que caracterizem alterações do contrato.

ANALISTA DE TI – ANALISTA DE SISTEMAS E NEGÓCIOS (JÚNIOR)

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
C	C	A	C	D	C	E	E	A	E	A	C	E	A	E	C	B	E	D	A	C	D	A	C	B
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
E	B	A	E	D	C	A	B	D	D	D	B	B	B	D	C	D	E	E	E	A	B	E	B	C

PROVA DISSERTATIVA

Na gestão de projetos de softwares, para ser devidamente efetivada, necessita do auxílio de um conjunto de métricas eficientes que permitam uma mensuração mais realista possível das estimativas de prazos, custos e recursos.

Os objetivos e razões para o uso da Análise de Pontos de Função estão relacionadas abaixo:

** Ser uma unidade de medida padrão para softwares;*

** Ser uma técnica que provê recursos de estimativa de software;*

** Ser independente da tecnologia e ferramentas de modelagem/desenvolvimento/construção;*

- * Ser de simples assimilação e empregabilidade;
- * Possuir métricas não técnicas, transparentes e inteligíveis a todos os envolvidos no projeto (Stakeholders);
- * Possuir escalabilidade, ou seja, pode ser utilizada no início ou em qualquer fase do processo de modelagem/construção/desenvolvimento e manutenção do sistema em questão;
- * Ser consistente e intercambiável, podendo atuar em conjunto a outras métricas.
- * Portanto, pode-se destacar e citar uma grande diversidade de benefícios decorrentes da aplicabilidade da APF.
- * Suporte na análise de produtividade e qualidade de sistemas, associada a outras métricas;
- * Apoio no gerenciamento de projetos de software, em quaisquer de suas fases;
- * Instrumento apontador de quantitativo de recursos a serem alocadas para a modelagem/desenvolvimento e posterior manutenção dos produtos gerados;
- * Diferentes abordagens em todas as fases de projetos de sistemas;
- * Instrumento de apoio a gerência de requisitos durante todo o projeto, apontando variações de escopo incontestáveis e auxiliando aos Gerentes de Projetos junto aos clientes;
- * Prover aos usuários e gestores de TI a visibilidade dimensional dos pacotes e contribuir para decisões estratégicas de desenvolvimento próprio ou outsourcing;
- * Ferramenta auxiliar na negociação de contratos junto aos seus gestores;
- * indicador global ao cálculo de preço de mercado para os produtos a serem comercializados;
- * Fator contributivo a um Benchmarking com sistemas de mesma familiaridade compor base de conhecimento organizacional de projetos de sistemas.

QUESTÃO-PROBLEMA 1

Alguma metodologia de desenvolvimento de software ágil (como XP, Scrum, RUP), pois ao contrário do método em cascata, possibilitam desenvolvimento iterativo-evolutivo. O desenvolvimento ágil é organizado em uma série de miniprojetos curtos, de duração fixa, chamados iterações; o produto de cada um é um sistema parcial, executável, testável e integrável. Cada iteração inclui suas próprias atividades de análise de requisitos, projeto, implementação e teste. Os requisitos que apresentam maiores riscos para o sistema e maior valor para o cliente são desenvolvidos primeiro. Assim, o usuário final é capaz de acompanhar a evolução do sistema e fornecer feedbacks antes da entrega final.

QUESTÃO-PROBLEMA 2

```
<html>
<body>
<?php echo $_POST["name"]; ?><br>
<?php echo $_POST["email"]; ?>
</body>
</html>
```

ANALISTA DE TI – BI BUSINESS INTELLIGENCE (JÚNIOR)

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
C	C	A	C	D	C	E	E	A	E	A	C	E	A	E	C	B	E	D	A	C	D	A	C	B
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
E	B	A	E	D	C	A	B	D	D	D	A	B	D	B	C	E	E	B	E	B	D	D	E	E

PROVA DISSERTATIVA

Utilizar uma metodologia de trabalho fazendo um levantamento de todos os atores organizacionais envolvidos e que podem influenciar na implantação do BI, tanto negativamente como positivamente.

Para isso, é necessário levantar todos os aspectos, humanos e tecnológicos, planejar as tomadas de decisões sustentadas em fatos e alinhando as decisões às metas da empresa.

É necessário ter acesso imediato a informações corporativas, para uma melhor gestão de desempenho, análises avançadas e projeções do negócio.

Um bom plano faz a diferença, pois os sistemas de BI estão normalmente associados à gestão da organização, facilitando funções de gestão como:

* Monitorização e controle do desempenho da organização e do seu negócio;

* Exploração e otimização das relações com os clientes;

* Planejamento e definição de estratégias de negócio;

* Planejamento, definição e elaboração de atividades organizacionais e de atividades relacionadas com o negócio da organização;

* Tomada de decisão em diversos processos organizacionais e de negócio;

* Elaboração de relatórios com informação de gestão.

QUESTÃO-PROBLEMA 1

Isto não é possível. Uma das características básicas em transformações PDI é que todos os passos são rodados em paralelo. Portanto, não é possível sequenciá-los. Isto requereria mudanças arquiteturais no PDI, e resultaria em um processamento muito lento.

QUESTÃO-PROBLEMA 2

5

9

2

2

2

ANALISTA DE TI – DBA-POSTGRESQL/ORACLE (PLENO)

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
C	C	A	C	D	C	E	E	A	E	A	C	E	A	E	C	B	E	D	A	C	D	A	C	B
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
E	B	A	E	D	C	A	B	D	D	D	A	B	E	E	A	A	A	E	A	D	C	C	E	E

PROVA DISSERTATIVA

Por processarem grandes volumes de dados é necessário prever e estabelecer a escalabilidade de um sistema de ETL durante o seu ciclo de vida.

Enfrentam desafios de interoperabilidade e a ausência de padrões, os dados podem requerer uma reformatação.

A maioria das operações ETL fazem a limpeza dos dados (data cleansing) para remover duplicatas e garantir a consistência.

QUESTÃO-PROBLEMA 1

SELECT relname, relpages FROM pg_class ORDER BY relpages DESC limit 1;

QUESTÃO-PROBLEMA 2

ID DESCRIPTION

3 D3

2 D2

1 D1

ANALISTA DE TI – DESENVOLVEDOR OBJECTIVE C IOS MOBILE (JÚNIOR)

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
C	C	A	C	D	C	E	E	A	E	A	C	E	A	E	C	B	E	D	A	C	D	A	C	B
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
E	B	A	E	D	C	A	B	D	D	D	A	B	A	A	A	D	A	B	C	B	D	B	C	E

PROVA DISSERTATIVA

O conjunto de temas e técnicas, usabilidade, navegação, interação e as técnicas de design, hoje utilizadas, fazem com que os aplicativos e software desenvolvidos, sejam de uma facilidade imensa quanto sua manipulação.

Quando um aplicativo é projetado, em seu planejamento ou engenharia e bem pensada quanto a usabilidade, o aplicativo mesmo que em uma língua não nativa, é bem entendido pelo usuário.

Usabilidade é um termo usado para definir a facilidade com que as pessoas podem empregar uma ferramenta ou objeto, bem como sua navegação e interação com o usuário.

Quando a engenharia de software é bem pensada e utilizada as técnicas de design o aplicativo logo alcança um alto nível de maturidade pela manipulação dos usuários.

Para se atingir uma interface de fácil manipulação, utiliza-se como apoio de estudos esqueletos da interface em wireframes, fluxos e mapas de navegação, casos de uso e/ou cenários e até protótipos funcionais com pessoas, antes mesmo de se programar, para avaliar a usabilidade do aplicativo.

QUESTÃO-PROBLEMA 1

```
[[UIApplication sharedApplication] openURL:[NSURL
URLWithString:@"http://www.google.com/"]];
```

QUESTÃO-PROBLEMA 2

```
<button type="button" onclick="document.getElementById('demo').innerHTML =
'Sim!'">
Resposta
</button>
```

ANALISTA DE TI – DESENVOLVEDORES E PROGRAMADORES (JÚNIOR)

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
C	C	A	C	D	C	E	E	A	E	A	C	E	A	E	C	B	E	D	A	C	D	A	C	B
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
E	B	A	E	D	C	A	B	D	D	E	A	A	C	B	B	D	A	D	D	E	E	B	E	A

PROVA DISSERTATIVA

Primeiramente deve-se observar as principais atividades no processo de software: especificação do software, desenvolvimento de software, validação de software e manutenção de software e aplicando corretamente as metodologias ágeis, contudo por ser um processo complexo e dependente de um gerente do projeto o qual deve liderar a equipe dinamicamente pronto as rápidas mudanças, analisando através de iterações entre cliente e equipe todas as especificações do software em questão.

Então, assim iniciando pela análise dos requisitos funcionais, não funcionais e regras de negócio, definindo as fases do projeto. Ex.: preconcepção, concepção, planejamento, desenvolvimento, qualificação, lançamento.

QUESTÃO-PROBLEMA 1

(Parte 1)

```
if p1.Checked=True then
    c.InnerHtml="Brasília"
else
    if p2.Checked=True then
        c.InnerHtml="Buenos Aires"
    else
        if p3.Checked=True then
            c.InnerHtml="Montevidéu"
        end if
    end if
end if
```

(Parte 2)

```
<input type="button" value="Escolher" OnServerClick="submit" runat="server"/>
<p id="c" runat="server" />
```

QUESTÃO-PROBLEMA 2

Como os testes escritos estão quebrando, é necessário ajustar a função `ConvertRomanNumeral` até que os testes sejam executados com sucesso. Para isso, é necessário testar o argumento de entrada e lançar a exceção esperada pelo teste (`IndexOutOfRangeException`) quando o argumento está fora do domínio esperado (menor que 1 ou maior que 3000). A função `ConvertRomanNumeral` deve ser modificada para:

```
public string ConvertRomanNumeral(int p)
{
    if (p < 1 || p > 3000)
    {
        throw new IndexOutOfRangeException();
    }
    return string.Empty;
}
```

ANALISTA DE TI – GEOPROCESSAMENTO (SÊNIOR)

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
C	C	A	C	D	C	E	E	A	E	A	C	E	A	E	C	B	E	D	A	C	D	A	C	B
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
E	B	A	E	D	C	A	B	D	D	E	A	A	B	A	A	B	B	D	E	E	D	E	E	C

QUESTÃO-PROBLEMA 1

Layer 1

Nome sugerido: Mapabase. Representação espacial tipo Raster (a partir da Imagem de Satélite)

Layer 2

Nome sugerido: Bairros => Representação vetorial – Polígono

Campos da Tabela de Atributo:

- “Identificador” - tipo numérico
- “Nome” ou “Código do Bairro” - tipo texto (para nome) ou tipo numérico (para código)

Layer 3

Nome sugerido: Irregularidades => Representação vetorial – Ponto

Campos da Tabela de Atributo:

- “Identificador” - tipo numérico
- “Irregularidade” ou “Código da Irregularidade” - tipo texto (para nome) ou tipo numérico (para código)
- “Data” - tipo data
- “Foto” – tipo objeto complexo, anexo, etc (como tipo blob por exemplo)

QUESTÃO-PROBLEMA 2

- Precisão do layer do googlemaps > precisão dos dados geográficos da ONG
- Precisão do layer do googlemaps < precisão dos dados geográficos da ONG
- Erro nos parâmetros de transformação de sistemas de coordenadas
- Erro nos parâmetros de transformação de sistemas de referencia

ANALISTA DE TI – QUALIDADE, PROCESSOS E TESTES (JÚNIOR)

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
C	C	A	C	D	C	E	E	A	E	A	C	E	A	E	C	B	E	D	A	C	D	A	C	B
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
E	B	A	E	D	C	A	B	D	D	D	E	E	B	B	C	A	D	B	B	C	C	A	E	A

PROVA DISSERTATIVA

Devendo ser considerado parte do projeto de software, o plano de teste tem por finalidade aumentar sua qualidade e confiabilidade e seu principal objetivo é prevenir as falhas de software.

A necessidade de resolver os principais riscos antes que se faça muitos investimentos no projeto, os testes tem como finalidades:

Disponibilizar um retorno mais rápido para o cliente;

Testes e integração continua;

Foco em objetivos de menor prazo;

Entregas parciais;

Tendo em vista o uso das metodologias ágeis, a filosofia com prazos curtos, encoraja a satisfação do cliente, entrega incremental do software logo de início, equipes de projetos pequenas, altamente motivadas, métodos informais, simplicidade.

QUESTÃO-PROBLEMA 1

Testes de caixa-preta examinam apenas a funcionalidade do componente sob teste, sem análise da estrutura ou funcionamento interno. O testador está ciente do que software deve fazer, mas não do como ele deve fazer. As únicas informações disponíveis são os dados de entrada e os de saída. Já os testes de caixa-branca analisam a estrutura interna do programa. O testador deve ter acesso ao código-fonte e deve possuir conhecimentos de programação. Testes de Partição de Equivalência é um teste caixa-preta, pois consiste em agrupar as possíveis entradas em classes com características em comum para avaliar as saídas de cada classe. Logo, não se avalia a estrutura interna do programa.

QUESTÃO-PROBLEMA 2

Define goals: definição de objetivos que sejam consistentes com as demandas dos clientes e com a estratégia da empresa.

Measure and identify: mensurar e identificar características que são críticas para a qualidade, capacidades do produto, capacidade do processo de produção e riscos;

Analyze: analisar para desenvolver e projetar alternativas, criando um desenho de alto nível e avaliar as capacidades para selecionar o melhor projeto;

Design details: desenhar detalhes, otimizar o projeto e planejar a verificação do desenho. Esta fase se torna uma das mais longas pelo fato de necessitar muitos testes;

Verify the design: verificar o projeto, executar pilotos do processo, implementar o processo de produção e entregar ao proprietário do processo.

ANALISTA DE TI – SUPORTE REDES E SERVIDORES (JÚNIOR)

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
C	C	A	C	D	C	E	E	A	E	A	C	E	A	E	C	B	E	D	A	C	D	A	C	B
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
E	B	A	E	D	C	A	B	D	D	E	A	B	C	C	C	D	C	B	E	B	C	B	C	D

PROVA DISSERTATIVA

TCP/IP é um protocolo de comunicações desenvolvido por contrato pelo Departamento norte-americano de Defesa para disseminar os sistemas Inter redes. Inventado por Vinton Cerf e Bob Kahn, este na verdade é um protocolo Unix que adotado pela Internet se tornou o padrão global para comunicações.

O TCP/IP foi desenhado segundo uma arquitetura de pilha, onde diversas camadas de software interagem somente com as camadas acima e abaixo.

Possui uma arquitetura aberta e qualquer fabricante pode adotar a sua própria versão do TCP/IP.

Uma das grandes vantagens do TCP/IP em relação a outros protocolos existentes é que ele é roteável, isto é, foi criado pensado em grandes redes e de longa distância, onde pode haver vários caminhos para o pacote atingir o computador receptor.

QUESTÃO-PROBLEMA 1

Anexa uma nova regra ao chain INPUT (para os pacotes destinados a sockets locais) do firewall, com o objetivo de bloquear os pacotes de tráfego TCP na conexão eth0 provenientes do ip 200.147.67.142.

QUESTÃO-PROBLEMA 2

No RAID 0, a divisão de dados consiste em usar um disco extra em paralelo para armazená-los, dividindo a informação através dos dois HDs disponíveis. Sua vantagem está no fato de ser possível ler e gravar o dobro de informações ao mesmo tempo, assim diminuindo o tempo de operação quase pela metade. As principais desvantagens deste método são o custo adicional do HD extra e o fato de que um erro em um disco compromete toda a informação armazenada.

No RAID 1, a informação é replicada. Ou seja, dois ou mais discos possuem exatamente o mesmo conteúdo, tornando uma cópia idêntica do outro. Assim, sempre haverá um backup pronto para ser utilizado. Consequentemente é necessário também duplicar o hardware utilizado. Assim a taxa de transferência de dados continuaria a mesma, mas o espaço utilizado seria o dobro do real.

ANALISTA DE TI – WEBMASTER (JÚNIOR)

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
C	C	A	C	D	C	E	E	A	E	A	C	E	A	E	C	B	E	D	A	C	D	A	C	B
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
E	B	A	E	D	C	A	B	D	D	E	C	D	D	E	C	D	B	C	A	B	E	B	A	E

PROVA DISSERTATIVA

Utilizando das técnicas atuais no desenvolvimento de sites e portais, descreva sucintamente quais as etapas para apresentação de um pequeno projeto para um cliente fictício, o qual deseja um site institucional para sua empresa, esta que presta serviços de pequenos reparos na região em que mora.

Escopo do projeto: um site institucional com a descrição do perfil da empresa e dos serviços, fotos dos mesmos e que tenha formas de contato com a empresa em questão.

Coleta de informação com o cliente sobre as preferências de cores, ideias iniciais e demais informações acerca do tipo de negócio. Após a coleta de todas as informações necessárias e essenciais, segue para um segundo momento, o desenvolvimento de um protótipo ou de um wireframe para apresentação ao cliente. Depois do wireframe definido e finalizado, segue para a apresentação ao cliente demonstrando a interação e navegação no site.

QUESTÃO-PROBLEMA 1

```
<!DOCTYPE html>
<html lang="en">
<title>HTML</title>
<meta charset="utf-8">

<style>
body {
  font-family:Verdana,sans-serif;font-size:0.8em;
}
header,footer,section,article {
  border:1px solid grey;
  margin:5px;margin-bottom:15px;padding:8px;
  background-color:white;
}
header,footer {
  color:white;background-color:#444;margin-bottom:5px;
}
section {
  background-color:#ddd;
}
nav ul {
  margin:0;padding:0;
}
nav ul li {
  display:inline; margin:5px;
}
</style>

<body>

<header>
<h1>Monday Times</h1>
</header>

<nav>
<ul>
  <li>News</li>
  <li>Sports</li>
  <li>Weather</li>
</ul>
</nav>

<section>
<h2>News Section</h2>

<article>
<h2>News Article</h2>
<p>Ipsum lurum hurum turum.</p>
<p>Ipsum lurum hurum turum.</p>
</article>

<article>
<h2>News Article</h2>
<p>Ipsum lurum hurum turum.</p>
<p>Ipsum lurum hurum turum.</p>
</article>
```

</article>

</section>

<footer>

<p>© 2014 Monday Times. All rights reserved.</p>

</footer>

</body>

</html>

QUESTÃO-PROBLEMA 2

<html>

<body>

<?php echo \$_GET["name"]; ?>

<?php echo \$_GET["email"]; ?>

</body>

</html>

ATENDENTE (JÚNIOR)

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
D	C	B	D	C	B	E	A	C	D	A	E	A	D	B	C	B	E	D	A	C	D	A	B	E
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
C	B	A	E	D	E	D	B	A	C	C	A	D	A	C	D	E	D	A	D	B	C	E	B	C

PROVA DISSERTATIVA

João deve fazer um levantamento de cada tarefa e separá-las por:

Prioridade A: É aquela tarefa que precisa ser feita imediatamente pois, é de importância crítica.

Prioridade B: É aquela tarefa que é importante, mas que não precisa ser feita imediatamente. É importante mais menos sensível ao prazo.

Prioridade C: É aquela que não existe urgência, mas que deve ser feita.

Após definido o grau de importância de cada atividade ele deve começar a trabalhar a partir das prioridades ABC.

QUESTÃO-PROBLEMA 1

Fluxo vertical – É o processo de informações da cúpula diretiva da organização para os subalternos, isto é, a comunicação de cima para baixo.

Fluxo ascendente – É o processo contrário. São as pessoas situadas na posição inferior da estrutura organizacional que enviam à cúpula suas informações.

Fluxo horizontal – É a comunicação que ocorre no mesmo nível. É a comunicação entre os pares e as pessoas situadas em posição hierárquicas semelhantes.

Fluxo transversal - se dá em todas as direções, fazendo-se presente nos fluxos descendente, ascendente e horizontal nas mais variadas posições das estruturas ou da arquitetura organizacional. Esse tipo de fluxo acontece nas organizações orgânicas e flexíveis que permitem uma gestão mais participativa e integrada, criam condições para que as pessoas passem a intervir em diferentes áreas e com elas interagir.

Fluxo circular - abarca todos os níveis sem se ajustar às direções tradicionais. Surge e se desenvolve muito mais nas organizações informais e favorece a efetividade no trabalho.

QUESTÃO-PROBLEMA 2

Problemas no processo de delegação:

Probabilidade de perda de controle se o feedback não for apropriado

Eventualidade de fracasso se o grau de responsabilidade e autoridade não for perfeitamente definido e entendido

Pode ser desastrosa se a pessoa em quem se delega não possui capacidade, aptidões nem experiência necessárias para a função ou tarefa;

Problemática, se for atribuída responsabilidade mas insuficiente autoridade para desempenhar o cargo.

AUDITOR INTERNO (SÊNIOR)

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
C	A	D	A	B	A	D	D	C	C	D	A	C	A	C	A	C	D	A	C	B	E	D	B	A
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
E	D	C	B	E	C	C	D	D	A	A	D	C	B	E	C	B	E	A	D	C	B	E	D	A

PROVA DISSERTATIVA

1. Audiência Pública

Em licitações de valores muito elevados (acima de cento e cinquenta milhões de reais), a Lei de licitações em seu artigo 39, estabelece a obrigatoriedade de realização de uma audiência pública prévia à publicação do Edital. A audiência terá antecedência de 15 dias úteis da data de publicação do edital e divulgação de no mínimo 10 dias úteis antes de sua realização.

Na audiência pública os interessados tem acesso as informações que dizem respeito ao objeto da licitação e oportunidade de manifestação á respeito.

As Licitações Simultâneas são aquelas que têm objetos similares e com realização prevista para intervalos inferiores a 30 (trinta) dias. Serão consideradas Sucessivas duas ou mais licitações quando, sendo similares seus objetos, o edital da segunda for publicado antes de 120 (cento e vinte) dias após o término do contrato resultante da primeira licitação.

2. Edital

O instrumento pelo qual a administração torna pública a realização de uma licitação é o Edital. Seria o meio usado por todas as modalidades de licitação, exceto o tipo convite. Neste tipo de modalidade, o meio para convocação seria a carta-convite.

A publicação de aviso com o resumo de edital é divulgado nos termos do art. 21 da lei de licitações:

Art. 21. Os avisos contendo os resumos dos editais das concorrências, das tomadas de preços, dos concursos e dos leilões, embora realizados no local da repartição interessada, deverão ser publicados com antecedência, no mínimo, por uma vez:

I - no Diário Oficial da União, quando se tratar de licitação feita por órgão ou entidade da Administração Pública Federal e, ainda, quando se tratar de obras financiadas parcial ou totalmente com recursos federais ou garantidas por instituições federais;

II - no Diário Oficial do Estado, ou do Distrito Federal quando se tratar, respectivamente, de licitação feita por órgão ou entidade da Administração Pública Estadual ou Municipal, ou do Distrito Federal;

III - em jornal diário de grande circulação no Estado e também, se houver, em jornal de circulação no Município ou na região onde será realizada a obra, prestado o serviço, fornecido o bem, podendo ainda a Administração, conforme o vulto da licitação, utilizar-se de outros meios de divulgação para ampliar a área de competição.

§ 1o O aviso publicado conterá a indicação do local em que os interessados poderão ler e obter o texto integral do edital e todas as informações sobre a licitação.

O edital será nulo sempre que for omissivo em pontos importantes ou que contenha disposições discricionárias ou preferenciais, e isto ocorre quando o objeto da licitação é descrito de forma tendenciosa, sob a aparência de uma convocação igualitária.

A divulgação do edital será obrigatoriamente feita pela imprensa oficial e particular, sendo exigido por lei a notícia de abertura da licitação, ou seja, o aviso resumido do edital e não o seu texto completo.

Em se tratando da modalidade Pregão, determina a lei a divulgação por meio de aviso que seja publicado em diário oficial do ente federado ou em jornal de circulação local. É facultativa ainda a divulgação feita por meios eletrônicos.

A forma e informações obrigatórias contidas no edital estão no art. 40:

Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

I - objeto da licitação, em descrição sucinta e clara;

II - prazo e condições para assinatura do contrato ou retirada dos instrumentos, como previsto no art. 64 desta Lei, para execução do contrato e para entrega do objeto da licitação;

III - sanções para o caso de inadimplemento;

IV - local onde poderá ser examinado e adquirido o projeto básico;

V - se há projeto executivo disponível na data da publicação do edital de licitação e o local onde possa ser examinado e adquirido;

VI - propostas;

VII - critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos;

VIII - locais, horários e códigos de acesso dos meios de comunicação à distância em que serão fornecidos elementos, informações e esclarecimentos relativos à licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto;

IX - condições equivalentes de pagamento entre empresas brasileiras e estrangeiras, no caso de licitações internacionais;

X - o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48;

XI - critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela;

XIV - condições de pagamento, prevendo:

a) prazo de pagamento não superior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela;

b) cronograma de desembolso máximo por período, em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros;

c) critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento;

d) compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos;

e) exigência de seguros, quando for o caso;

XV - instruções e normas para os recursos previstos nesta Lei;

XVI - condições de recebimento do objeto da licitação;

XVII - outras indicações específicas ou peculiares da licitação.

3. Antecedência mínima do edital

Os licitantes precisam de um prazo para elaborar as propostas e analisar as condições da licitação, um tempo mínimo para se preparar.

Os prazos variam de acordo com o tipo da licitação, sendo maior para as mais complexas e menos para as mais simples. Os prazos estabelecidos em lei (Art. 21 da lei de licitações e art. 4º da lei 10.520/2002 pregão) são prazos mínimos, o que não impede que a administração adote prazos maiores se assim julgar necessário.

4. Impugnação administrativa do Edital

Segundo Hely Lopes, Se o edital for discriminatório ou omissivo em pontos essenciais poderá ser impugnado por qualquer cidadão, e com maior razão, por qualquer interessado em particular do certame.

Deverá ser impugnada em até 5 (cinco) dias úteis antes da data da abertura dos envelopes de habilitação quando for efetuada por qualquer cidadão e em até 2 (dois) dias úteis, quando apresentada por licitante. A Impugnação administrativa deverá ser feita mediante petição autônoma ao subscritor do edital.

Além de ser possível impugnar o edital, qualquer licitante poderá representar ao tribunal e contas ou órgãos integrantes do sistema de controle interno, contra irregularidades na aplicação da lei de licitações, com o fim de controle das despesas dos contratos.

5. Carta-convite

É o instrumento de convocação dos interessados a participar da licitação quando a modalidade for convite.

A carta é enviada aos interessados e não será necessariamente publicada, porém deverá ser fixada em local apropriado.

6. Comissão de Licitação

A comissão julgadora efetiva as etapas de habilitação dos licitantes e julgamento das propostas. Tais comissões poderão ser permanentes ou especiais e serão integradas por no mínimo 3 (três) membros, sendo pelo menos 2 servidores pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da administração responsáveis pela licitação. (art. 51).

Os membros respondem de forma solidária pelos atos praticados pela comissão, a não ser que a posição individual seja divergente e esteja fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada a decisão (art. 51).

7. Habilitação dos licitantes

A habilitação dos licitantes consiste basicamente na verificação da documentação e requisitos pessoais dos licitantes.

Tem como finalidade a garantia de que o licitante, sendo o vencedor do certame, tenha condições técnicas e financeiras para cumprir o contrato de forma adequada.

Para garantir uma maior competitividade a disputa, a lei 8.666/93 proíbe qualquer exigência que seja supérflua, pois exigências desnecessárias indicariam direcionamento da licitação em favor de alguém ou de algum grupo.

O licitante não habilitado não poderá participar dos atos subsequentes da licitação, sendo assim excluído do certame.

Em todas as modalidades de licitação, a habilitação consistirá no reconhecimento da habilitação jurídica, da regularidade fiscal, da qualificação técnica e da qualificação econômico-financeira, considerando-se ainda a real disponibilidade financeira e a real capacidade operativa dos proponentes.

8. Julgamento das propostas

Seria o confronto das propostas e ofertas e determinação do vencedor, que deverá ser objeto da licitação. Sempre deverá ser observado o critério de julgamento do edital. Em regra, o julgamento é efetuado pela comissão de licitação.

As fases do julgamento são duas. Após a verificação de não conformidade as propostas poderão ser desclassificadas. Só após essa fase, é que se pode estabelecer a classificação das propostas.

O Julgamento considerará os critérios objetivos definidos no edital/Convite.

9. Homologação e adjudicação ao vencedor

Após o julgamento pela comissão, esta remeterá o processo a autoridade competente para que o procedimento seja homologado e adjudicado o objeto da licitação ao vencedor, previsto no art. 43 da lei 8.666/93.

Nesta etapa exerce-se um controle de legalidade no procedimento licitatório, e se houver irregularidade no julgamento, ou em qualquer outra fase anterior, o procedimento não será homologado pela autoridade competente.

Adjudicação é o ato onde se atribui ao vencedor o objeto da licitação e não deve se confundir com a celebração de contrato. A Adjudicação é o ato final do procedimento da licitação.

QUESTÃO-PROBLEMA 1

A transparência na Lei de Responsabilidade Fiscal, está assegurada pelo incentivo à participação da população e pela realização de audiências públicas no processo de elaboração como no curso da execução dos planos, da lei de diretrizes orçamentárias e dos orçamentos.

Além disso, a Lei de Responsabilidade Fiscal determina a divulgação ampla em veículos de comunicação, inclusive via internet, dos relatórios com informações que tratam das receitas e das despesas, possibilitando verificar sua procedência e a autenticidade das informações prestadas.

Os cidadãos, por sua vez, terão à sua disposição as contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo durante todo o exercício, no âmbito tanto do respectivo Poder Legislativo, como do órgão técnico responsável por sua elaboração.

QUESTÃO-PROBLEMA 2

Gravidade

A penalidade aplicada deve corresponder ao grau da falta cometida. Havendo excesso na punição, será fator determinante na descaracterização. O empregador deve usar de bom senso no momento da dosagem da pena. A pena maior, rompimento do vínculo empregatício, deve-se utilizar às faltas que impliquem em violação séria e irreparável das obrigações contratuais assumidas pelo empregado, ou para os casos de prática com mais afinco de faltas consideradas leves.

Atualidade

A punição deve ser aplicada em seguida à falta, ou seja, entre a falta e a punição não deve haver período longo, sob pena de incorrer o empregador no perdão tácito. No que diz respeito ao espaço de tempo, deve-se adotar o critério de punir, tão logo se tome conhecimento do ato ou fato praticado pelo trabalhador.

Imediação

A imediação diz respeito à relação entre causa e efeito, ou seja, à vinculação direta entre a falta e a punição.

TÉCNICO ADMINISTRATIVO (JÚNIOR)

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
D	C	B	D	C	B	E	A	C	D	A	E	A	D	B	C	B	E	D	A	C	D	A	B	E
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
C	B	A	E	D	C	C	D	D	A	B	C	E	A	D	A	E	C	D	B	A	B	E	A	B

PROVA DISSERTATIVA

Reengenharia é uma estratégia de mudanças que visam tornar a empresa mais competitiva, através da adoção de medidas que alteram todas as operações e processos, como também em alguns casos, a própria estratégia empresarial. Ocorre a substituição dos processos manualizados por informatizados, e eles são integrados numa única cadeia. Processos que não se adequam as mudanças, são substituídos ou até eliminados.

QUESTÃO-PROBLEMA 1

CICLO DE VIDA DOS DOCUMENTOS

1ª idade ARQUIVO CORRENTE: documentos vigentes, frequentemente consultados.

2ª idade ARQUIVO INTERMEDIÁRIO: final de vigência; documentos que aguardam prazos longos de prescrição ou precaução; . raramente consultados; . aguardam a destinação final: eliminação ou guarda permanente.

3ª idade ARQUIVO PERMANENTE: documentos que perderam a vigência administrativa, porém são providos de valor secundário ou histórico-cultural.

QUESTÃO-PROBLEMA 2

• **Princípios da Legalidade:** A licitação objetiva garantir a observância do princípio constitucional da Isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, de maneira a assegurar oportunidade igual a todos interessados e possibilitar o comparecimento ao certame do maior número possível de concorrentes.

• **Princípios da Isonomia (Igualdade):** Significa dar tratamento igual a todos os interessados na licitação. É condição essencial para garantir competição em todos os procedimentos licitatórios.

• **Princípios da Impessoalidade:** Esse princípio obriga a Administração a observar nas suas decisões critérios objetivos previamente estabelecidos, afastando a discricionariedade e o subjetivismo na condução dos procedimentos das licitações.

• **Princípio da Moralidade e da Probidade Administrativa:** A conduta dos licitantes e dos agentes públicos tem de ser, além de lícita, compatível com a moral, a ética, os bons costumes e as regras da boa administração.

• **Princípios da Publicidade:** Qualquer interessado deve ter acesso às licitações públicas e seu controle, mediante divulgação dos atos praticados pelos administradores em todas as fases da licitação. Tal princípio assegura a todos os interessados a possibilidade de fiscalizar a legalidade dos atos.

• **Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório:** No ato convocatório constam todas as normas e critérios aplicáveis à licitação. É por meio dele que o Poder Público chama os potenciais interessados em contratar com ele e apresenta o objeto a ser licitado, o procedimento adotado, as condições de realização da licitação, bem como a forma de participação dos licitantes. Nele devem constar necessariamente os critérios de aceitabilidade e julgamento das propostas, bem como as formas de execução do futuro contrato. O instrumento convocatório apresenta-se de duas formas: edital e convite. O primeiro é utilizado nas modalidades concorrência, pregão, concurso, tomada de preços e leilão. Já a segunda é a apenas utilizado na modalidade convite.

• **Princípio do Julgamento Objetivo:** Esse princípio significa que o administrador deve observar critérios objetivos definidos no ato convocatório para o julgamento das propostas. Afasta a possibilidade de o julgador utilizar-se de fatores subjetivos ou de critérios não previstos no ato convocatório, mesmo que em benefício da própria Administração.

• **Princípio do Celeridade:** Este princípio, consagrado pela Lei nº 10.520 de 2002, como um dos norteadores de licitações na modalidade pregão, busca simplificar procedimentos, de rigorismos excessivos e de formalidades desnecessárias. As decisões, sempre que possível, devem ser tomadas no momento da sessão.

TÉCNICO DE TI SUPORTE REDES E SERVIDORES (JÚNIOR)

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
D	C	B	D	C	B	E	A	C	D	A	E	A	D	B	C	B	E	D	A	C	D	A	B	E
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
C	B	A	E	D	C	A	B	D	D	C	E	B	A	D	C	A	D	B	E	C	B	A	A	C

PROVA DISSERTATIVA

Comparação entre o modelo OSI e o TCP/IP

Semelhanças

- * ambos possuem camadas;
- * ambos possuem camadas de aplicação, embora incluam serviços muito diferentes;
- * ambos possuem camadas de transporte e de rede comparáveis;
- * a tecnologia de comutação de pacotes é presumida por ambos;

Diferenças

- * TCP/IP combina os aspectos das camadas de apresentação e de sessão dentro da sua camada de aplicação;
- * TCP/IP combina as camadas física e de enlace do OSI em uma camada;
- * TCP/IP parece ser mais simples por ter menos camadas;
- * os protocolos do TCP/IP são os padrões em torno dos quais a Internet se desenvolveu, portanto o modelo TCP/IP ganha credibilidade apenas por causa dos seus protocolos.

QUESTÃO-PROBLEMA 1

- * Distanciar cabos elétricos de cabos de dados;
- * Utilizar cabos de dados ou elétricos com blindagem;
- * Utilizar cabos elétricos e de dados em dutos ou calhas metálicas fechadas e aterradas.

QUESTÃO-PROBLEMA 2

- * Componentes com baixa taxa de falhas;
- * Sistemas potentes de refrigeração (cooler) a ar ou a água;
- * Redundância (instalação de módulos extras de maneira que, na falha de um deles, o outro estará disponível automaticamente);
- * Dispositivos de memória ECC (memória capaz de, na maioria das vezes, detectar dados corrompidos e corrigi-los);
- * Hot swap, hot swapping ou troca quente (capacidade que permite trocar componentes do computador sem ter que desligá-lo).